

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Segurança Alimentar

Período de Análise: 01/09/2012 a 30/09/2012

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Uso indevido de agrotóxicos afeta 20% de grãos e frutas. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 03/09/2013	3
5 mil ton de arroz adquiridas para o Fome Zero – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 04/09/2013	4
Em São Paulo, Lula fala sobre o combate à fome – Site da Carta Capital, Política. 05/09/2013	4
Mudança climática pode inutilizar transposição do São Francisco – O Globo, País. 09/09/2013	5
Incrá/PI entrega 161 toneladas de alimentos para famílias acampadas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 10/09/2013	5
Desperdício de alimento gera perda de US\$ 750 bilhões por ano, diz FAO. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 11/09/2013	6
FAO: 1,3 bilhão de toneladas de alimentos são desperdiçadas por ano . Renata Giraldi – Site do MST. 12/09/2013	7
Transgênicos: uma nova semente. Najjar Tubino – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 12/09/2013	8
Brasil participa de Fórum sobre segurança alimentar em Angola – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 12/09/2013.....	12
Agrotóxicos: o perigo eterno. Najjar Tubino – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 20/09/2013	13

Uso indevido de agrotóxicos afeta 20% de grãos e frutas. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 03/09/2013

SÃO PAULO - O Ministério da Agricultura publicou nesta terça-feira o resultado do plano de controle de resíduos e contaminantes em alimentos referente à safra 2012/13, no qual identificou que pelo menos 20% das amostras apresentavam alguma inconformidade, relacionada, principalmente, ao uso de químicos não permitidos para a cultura ou de defensivos, cujo uso é proibido no país.

Do total de 163 amostras analisadas de 12 culturas (abacaxi, amendoim, arroz, café, feijão, mamão, manga, milho, soja, tomate, trigo e uva), 33 estavam com algum tipo de problema. As amostras foram coletadas por fiscais federais agropecuários do ministério em propriedades rurais, estabelecimentos beneficiadores e em centrais de abastecimento em todos os Estados do Sul do país, em Tocantins, Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Espírito Santo, Paraíba, Bahia e Rio Grande do Norte. Após coletadas, foram enviadas aos Laboratórios da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários.

O abacaxi foi a cultura que apresentou o mais baixo índice de conformidade (25%) entre as analisadas no país. Das 8 amostras dessa fruta, apenas 2 estavam sem problemas. Na produção de Minas Gerais, nenhuma das seis amostras analisadas tinham sido produzidas de acordo com as regras vigentes no país no tocante ao uso de agrotóxicos. Foram encontrados quatro tipos de agrotóxicos não indicados para essa cultura, além do princípio ativo triclorfon, cujo uso é proibido no país.

No caso do mamão, foram analisadas 40 amostras, entre as quais 13 tinham algum índice de problema. A maior incidência deles foi encontrada em amostras da Bahia, onde 5 das 12 analisadas estavam em desacordo quanto ao uso de agrotóxicos, segundo levantamento do Mapa.

Na produção de manga também foram identificados problemas. Das 15 amostras analisadas, 5 tinham algum tipo de inconformidade, sendo que as amostras produzidas em Minas Gerais estavam inconformes em 60% dos casos. Foi encontrado nessa cultura a presença do princípio ativo ometoato, de uso proibido no país, além de quatro defensivos não permitidos para essa cultura.

No milho, as análises indicaram inconformidade em 2 das 12 amostras avaliadas. Entre elas, está uma do Estado da Bahia e outra, em uma amostra do Estado de São Paulo.

As amostras de trigo e tomate coletadas no Rio Grande do Sul apresentaram também problemas. No caso do cereal gaúcho, 4 das 15 amostras apresentaram inconformidades. Em linhas gerais, foram encontrados a presença do princípio ativo triclorfon, de uso proibido no país, além de dois defensivos não permitidos para essa cultura.

No caso do tomate cultivado no Rio Grande do Sul, o problema ocorreu em 3 das 5 amostras analisadas. O laboratório identificou a presença de ometoato, também de uso proibido no país, além de defensivos de uso não permitido para essa cultura.

O Programa de Monitoramento realizado pelo Plano de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal (PNCRC/Vegetal) tem como objetivo monitorar a segurança dos produtos de origem vegetal, produzidos e importados pelo país, quanto à presença de resíduos de agrotóxicos não autorizados, assim como resíduos de agrotóxicos e contaminantes acima dos limites máximos permitidos pela legislação em vigor.

5 mil ton de arroz adquiridas para o Fome Zero – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 04/09/2013

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) comprou 5 mil toneladas de arroz beneficiado de cooperados da agricultura familiar do município de Querência do Norte, região noroeste do Paraná. O produto, adquirido por meio da modalidade Compra Direta com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, destina-se ao Fome Zero em todo o país.

A operação rendeu R\$ 1,9 milhão aos pequenos agricultores do Paraná. O produto já está todo armazenado na unidade da Conab de Rolândia e a remoção para outros estados da Federação começa nesta semana.

Os municípios beneficiados serão: Irecê, Itarebaba, Entre Rios, Santa Maria da Vitória e Ribeirão do Pombal, na Bahia; Ananindeua e Marabá, no Pará; Maceió, em Alagoas; Maracanaú, no Ceará; Brasília, no Distrito Federal; Camburi, no Espírito Santo; Imperatriz e São Luiz, no Maranhão; Montes Claros e Uberlândia, em Minas Gerais; João Pessoa, na Paraíba; Arco Verde e Recife, em Pernambuco; Teresina, no Piauí; Lyra Tavares, no Rio de Janeiro; Mossoró e Natal, no Rio Grande do Norte; Cocal e Porto Velho, em Rondônia; Itabaiana, em Sergipe; e Araguaína, no Tocantins.

Em São Paulo, Lula fala sobre o combate à fome – Site da Carta Capital, Política. 05/09/2013

O ex-presidente participa de debate promovido por CartaCapital ao lado da Nobel da Paz LeymahGbowee. Acompanhe a transmissão ao vivo pelo site

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva participa na quarta-feira 11, em São Paulo, do debate “A democracia, a paz e a justiça social no Brasil e na África”, ao lado da ativista africana LeymahGbowee, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz em 2011 e diretora da Women Peace and Security Network (Wipsen).

O encontro, que terá a mediação do jornalista Franklin Martins, ex-ministro da Comunicação Social, faz parte do evento “Um Mundo Sem Fome: Estratégias de Superação da Miséria no Brasil e na África”, da série Diálogos Capitais.

O debate tem início às 11h30. Antes, a ministra do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome, Tereza Campello, falará sobre o papel dos programas sociais no

combate à fome e à miséria no Brasil e na África ao lado de MafaChipeta, ex-Coordenador sub-regional para a África Oriental e representante da FAO na Etiópia e atual conselheiro de Segurança Alimentar e Agricultura.

A mediação será feita pela socióloga Melissa Pomeroy, consultora e pesquisadora da Articulação Sul do Centro de Estudos e Articulação da Cooperação Sul-Sul.

Mudança climática pode inutilizar transposição do São Francisco – O Globo, País. 09/09/2013

Valor Online

A previsão para o clima no Brasil, nas próximas décadas, com aumento da temperatura, ondas de calor mais forte e chuvas mais acentuadas em um espaço de tempo mais curto, caso se confirme, vai diminuir o índice pluviométrico da bacia do rio São Francisco, tirando 30% do volume atual do rio. Com isso, há o risco de as obras de transposição do rio, quando ficarem prontas, não receberem água suficiente para irrigar as regiões destinadas à agricultura.

A estimativa foi feita nesta segunda-feira, 9, por Eduardo Assad, coordenador de grupo de pesquisa de mudanças climáticas da Embrapa. Os dados estão em estudo sobre mudanças climáticas no Brasil, divulgado durante a 1ª Conferência Nacional de Mudanças Climáticas Globais, realizada em São Paulo.

Risco energético e alimentar

A mesma redução de volume deverá ocorrer nas próximas décadas na bacia do rio Tocantins. A estimativa média para as bacias de todos os rios do Norte e do Nordeste do país é de redução de 20% no volume de água.

"A maior dúvida é onde vai chover mais, onde vai chover menos. A incerteza em cima dos recursos hídricos é grande. Porém, a tendência dos problemas para os próximos anos aponta para segurança energética, alimentar e hídrica", disse Assad.

No Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, com um regime de chuvas mais seco, a tendência é de diminuição do volume dos rios. No Sul e Sudeste, o índice pluviométrico deve aumentar. A bacia Paraná-Prata terá aumento de 40% no volume de água.

"A transposição [do São Francisco] já está ameaçada. Precisa ser rediscutida a avaliação de políticas públicas no país com esses dados novos. Estamos começando a ver coisas mais claras do que víamos há 10 anos", afirmou Assad.

Incra/PI entrega 161 toneladas de alimentos para famílias acampadas – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 10/09/2013

O Incra encerrou, no último final de semana, mais uma etapa de entrega de cestas de

alimentos para famílias acampadas em situação de insegurança alimentar no Piauí. Somente este ano, em quatro etapas de distribuição, 161.490 kg de alimentos foram entregues para famílias acampadas que pleiteiam acesso ao Programa Nacional de Reforma Agrária no estado. Na quarta etapa, foram entregues 58.444 kg para 1.538 famílias de 49 acampamentos espalhados por 25 municípios piauienses.

Cada família beneficiada recebeu uma cesta de alimentação composta por arroz (20kg), açúcar (4 kg), leite (2 kg), macarrão (2 kg) e feijão (6 kg), totalizando 38 kg de alimentos. As cestas são entregues a partir de um acordo de cooperação técnica entre o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Incra, Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Fundação Palmares e Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Além de garantir atendimento às famílias de trabalhadores rurais sem-terra acampadas, que reivindicam acesso ao programa de Reforma Agrária, a ação beneficia famílias em situação de insegurança alimentar em outros seguimentos: indígenas, quilombolas, comunidades de terreiros, famílias de municípios que estejam em estado de emergência e/ou calamidade pública reconhecida pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, agricultores atingidos por barragens e pescadores artesanais.

Entregas

“O Incra é responsável somente pela entrega para o público de famílias de trabalhadores rurais sem-terra que pleiteiam o acesso ao Programa Nacional de Reforma Agrária. Os alimentos são armazenados na Conab até completarmos o processo de entrega. A distribuição é feita com um caminhão baú com capacidade para levar 15 toneladas de alimentos, com motorista da Conab”, explica o ouvidor agrário do Incra/PI, Gerardo Vieira.

“É feito um cronograma de entrega para famílias cadastradas pelo Incra, que é repassado para a Conab. As entregas são feitas por um servidor do Incra em cada acampamento, mediante recibo assinado por cada família beneficiada”, completa.

Desperdício de alimento gera perda de US\$ 750 bilhões por ano, diz FAO. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 11/09/2013

SÃO PAULO - Um terço dos alimentos produzidos no mundo são desperdiçados anualmente, ao custo de US\$ 750 bilhões, divulgou a Agência para Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO).

Segundo o relatório divulgado hoje, cerca de 1,3 bilhão de toneladas de alimentos são desperdiçados, principalmente na Ásia, o que causa não só problemas financeiros aos países, mas também graves danos aos recursos naturais.

José Graziano da Silva, diretor-geral da agência afirmou que o volume consumido de água para a produção de alimentos não consumidos é o equivalente ao volume do Rio Volga, na Rússia. Esse desperdício, também afirmou, é responsável pela emissão de 3,3 bilhões de toneladas de gases de efeito estufa na atmosfera.

“Todos os envolvidos no ciclo de produção, desde os agricultores e pescadores, até os processadores de alimentos, supermercados, governos e consumidores devem evitar o desperdício e reutilizar e reciclar quando for possível”, disse Graziano.

Ele lembrou que esse desperdício é mais chocante quando se sabe que 870 milhões de pessoas no mundo passam fome.

De acordo com o relatório, 54% do desperdício ocorre nas etapas iniciais de produção dos alimentos, manipulação e armazenamento pós-colheita. Os 46% restantes, acontecem durante as etapas de processamento, distribuição e consumo.

O relatório da FAO também afirma que, como tendência geral, os países em desenvolvimento sofrem mais perdas durante a produção, enquanto os mais ricos desperdiçam os alimentos na fase de consumo: entre 31% e 39% ante 4% a 16% nos países de renda mais baixa.

Na Ásia, particularmente, 100 quilos de legumes per capita são desperdiçados a cada ano, principalmente na China, Japão e Coreia. Estima-se também que a região perca 80 quilos de cereais por pessoa anualmente, com destaque para o arroz.

O relatório constatou também que a agricultura na América Latina é mais ineficiente se comparada a outras regiões do mundo, enquanto os consumidores europeus e americanos são os que mais descartam alimentos prontos. Na África, quase nada é desperdiçado pelos consumidores, mas problemas crônicos nos processos de manuseio pós-colheita são quatro vezes mais propensos a levar a perda de alimentos se comparados a outras regiões do planeta.

FAO: 1,3 bilhão de toneladas de alimentos são desperdiçadas por ano . Renata Giraldi – Site do MST. 12/09/2013

Da Agência Brasil

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) advertiu nesta quarta-feira (11/9), em estudo publicado em Roma, que os desperdícios com alimentos no mundo podem causar cerca de US\$ 750 bilhões anuais de prejuízos.

Pelo relatório, 1,3 bilhão de toneladas de alimentos desperdiçadas por ano provocam estragos no solo e no meio ambiente. O estudo alerta que o mau uso do lixo alimentar gera prejuízos também à qualidade de vida.

O diretor-geral da FAO, José Graziano da Silva, disse que medidas preventivas devem ser adotadas por todos – agricultores, pescadores, processadores de alimentos, supermercados, os governos locais e nacionais, assim como os consumidores.

"Temos que fazer mudanças em todos os elos da cadeia alimentar humana para impedir que ocorra o desperdício de alimentos, em seguida temos de promover a reutilização e reciclagem", disse.

Graziano lembrou que há situações que dificultam o desperdício de alimentos devido às "práticas inadequadas" na produção. Ele ressaltou que a FAO criou um manual que mostra medidas adotadas por governos nacionais e locais, agricultores, empresas e consumidores para resolver o problema.

O diretor executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), Achim Steiner, ressaltou que o ideal é buscar o caminho da sustentabilidade, ao qual devem aderir todos os que participam da cadeia alimentar – do produtor ao consumidor.

Pelo relatório, 54% dos resíduos dos alimentos no mundo ocorrem na fase inicial da produção – na manipulação, após a colheita e na armazenagem. Os restantes 46% de prejuízos ocorrem nas etapas de processamento, distribuição e consumo de alimentos. Os produtos que se perdem ao longo do processo variam em cada região.

Na Ásia, o problema são as perdas envolvendo os cereais, em particular, o arroz. O prejuízo com carne é menor, segundo os dados. Porém, os resíduos de frutas contribuem significativamente para o desperdício de água no Continente Asiático, assim como na Europa e na América Latina.

Nos países em desenvolvimento, os maiores prejuízos ocorrem na fase após a colheita. A FAO recomenda que seja feito um esforço coletivo para orientar as colheitas e equilibrar a produção com a demanda. Também faz sugestões sobre a reutilização e recuperação de alimentos. Uma síntese do estudo está na página da FAO.

Transgênicos: uma nova semente. NajarTubino – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 12/09/2013

Condenada pela história

A multinacional Dow Agrosiences, que integra a corporação Dow Chemicals, vai lançar no Brasil uma nova semente transgênica de soja, imune a três agrotóxicos – glifosato, glufosinato de amônia e o 2,4-D. Significa uma nova etapa na transgenia mundial, porque o chamado sistema Enlist ainda não foi aprovado nos Estados Unidos, onde está em análise desde 2009. Esta é uma história que envolve o último lance da agricultura industrial e o passado das corporações, marcado pela participação na produção de um veneno mundialmente conhecido, o Agente Laranja. Um passado que continua vivo na memória de milhares de vietnamitas e no corpo mal formado de seus filhos e netos. Uma tragédia lembrada todo dia 10 de agosto como o "Orange Day".

Em novembro de 1961 o presidente John Kennedy autorizou uma operação sigilosa denominada “RanchHand”, uma ajuda aos agricultores. Na verdade o governo dos Estados Unidos, mesmo contra os princípios da Convenção de Genebra, que proibia o uso de químicos na guerra, mandou 23 empresas fabricarem a mistura do Agente Laranja. Entre as corporações mais conhecidas Monsanto e Dow, que na época não tinha o Agrosiences. Um parêntesis para explicar a mistura. Em outubro de 2011 publiquei um texto na Carta Maior intitulado “A Marcha dos Insensatos”, que tocava no assunto agrotóxicos e mencionava o Agente Laranja.

Logo em seguida recebi uma correspondência de uma assessoria de São Paulo, que iniciava assim:

“Meu nome é Mariana, sou assessora de imprensa da Força-Tarefa. Li o seu texto “A Marcha dos Insensatos”, publicado no dia 16 de outubro na Agência Carta Maior. Gostaria de aproveitar para apresentar um material explicativo sobre o defensivo agrícola 2,4-D, mas antes quero explicar o que é a Força-Tarefa: somos um grupo formado por representantes de quatro empresas- Atanor, Dow Agrosiences, Milenia e Nufarm...”.

Lógico que as seis páginas do material mostram que o 2,4-D é um agrotóxico do bem, assim que vou mencioná-lo. A Força-Tarefa ajudou bastante na explicação, porque mostrou qual era a composição do Agente Laranja. Ainda citando a correspondência:

- O 2,4-D tem sido erroneamente associado ao produto utilizado na guerra conhecido como “Agente Laranja”. O “Agente Laranja” nunca foi usado em agricultura e era uma mistura de 50% de 2,4,5-T Éster + 50% de 2,4-D Éster, utilizado desta forma na Guerra do Vietnã para desfolhar as florestas locais. Ficou assim conhecido porque a mistura era armazenada em tambores que possuíam uma “faixa amarela”, em sua parte externa. O problema que existia com o “Agente Laranja” naquela época se relacionava a uma impureza presente no processo de produção do 2,4,5-T chamada dioxina (TCDD). O 2,4,5-T não é mais comercializado nos dias de hoje”.

Milhares de crianças com graves deficiências

O país que agora pretende bombardear a Síria para punir o uso de armas químicas, não resolveu o seu passado. Em agosto de 2012 a Secretária de Estado, Hilary Clinton, foi ao Vietnã para inaugurar um programa de descontaminação do Agente Laranja. Mas apenas nos locais onde a Força Aérea dos EUA usava como base. Onde os tambores vazavam o veneno, ou caíam dos caminhões pelos trajetos. O índice de contaminação é 400 vezes maior nesses locais. Porém, nunca o governo dos Estados Unidos reconheceu a responsabilidade da tragédia que atingiu mais de quatro milhões de pessoas. Segundo o governo vietnamita pelo menos 500 mil crianças nascidas posteriormente apresentaram malformações congênitas e suportam uma rotina que é um pesadelo, com mãos e pés defeituosos.

Em 1984 um grupo de veteranos da guerra do Vietnã – entre 15 e 16 mil militares – recebeu US\$180 milhões das corporações químicas num acordo extrajudicial. Também os filhos dos veteranos que tiveram contato com o veneno nasceram com malformações. O governo dos EUA lançou o Agente Laranja numa área de 10 milhões de hectares, que era cultivada com milho, arroz e outras culturas. Além disso, pulverizou cerca de 20 mil quilômetros quadrados de terras altas e florestas de mangue. No livro “Transgênicos : as Sementes do Mal”, os pesquisadores Antônio Inácio Andreoli e Richard Fulls relatam que foram jogadas 366 quilos de dioxina (TCDD) no Vietnã. Em 1976, num acidente com uma fábrica química na Itália em Seveso, que virou um desastre ambiental, foi liberado 1,5kg de dioxina.

Argumento engolido

Três vietnamitas no início dos anos 2000 entraram com uma ação de indenização contra as corporações num tribunal de Nova Iorque. Em 2009, o tribunal negou o pedido, sob o seguinte argumento: não estava estabelecido o vínculo entre a dioxina e as malformações congênitas dos vietnamitas afetados. Outro problema: pela legislação americana as empresas não são responsáveis pelo envenenamento porque agiram por ordem do governo. Em 1999, o deputado federal Dr. Rosinha, do PT do Paraná, encaminhou um projeto na Câmara para proibir o uso do 2,4-D no Brasil. Em 2004, o projeto foi aprovado pelo relator da Comissão de Bem Estar Social e Família. Em função disso o 2,4-D está sendo reavaliado pela ANVISA.

Ele é classificado como um agrotóxico classe 1, extremamente perigoso, mas seu uso é difundido pelo baixo custo e usado como complemento ao glifosato, um herbicida que perdeu efeito. Nos Estados Unidos o próprio Departamento de Agricultura registra mais de 10 milhões de hectares onde plantas como buva, corda de viola, capim amargoso se tornaram resistentes. Isso é um fato também no Brasil, na Argentina. Ou seja, as corporações precisam lançar novas sementes porque o argumento de redução no uso de agrotóxicos nos cultivos transgênicos literalmente foi engolido pela terra.

Brasil vai ser cobaia comercial

Voltando ao Enlist. O Departamento de Agricultura dos EUA pretende elaborar mais dois relatórios de impacto ambiental e saúde para liberar os produtos. No Brasil, o jornal Valor Econômico que fez uma visita paga a Indianópolis, sede da Dow Agrosiences, anunciou que o colegiado da CNTbio, encarregada pela liberação de cultivos transgênicos no Brasil, vai aprovar a liberação em outubro. É interessante o momento histórico, porque a CNTbio, através de seus membros – 27, a maioria biólogos moleculares favoráveis à transgenia – sempre usa como argumento a segurança do plantio por muitos anos – caso dos Estados Unidos, onde completou duas décadas. No caso do Enlist o Brasil vai fazer o papel de cobaia comercial, já que as sementes Enlist estão sendo desenvolvidas em laboratório e em experimentos de campo há mais de uma década, mas nunca foram usadas em plantios comerciais. A Dow Agrosiences pretende pular da quinta para a terceira posição no mercado de sementes – o faturamento sairá de US\$6,5 bilhões para US\$12 bilhões em 2020. Um detalhe: em

2012 o mercado mundial de sementes arrecadou US\$49,2 bilhões, enquanto o de agrotóxicos foi de US\$47,4 bilhões. As corporações ganham dos dois lados. Além de duas sementes de soja e uma de milho Enlist, a Dow também entrou com um pedido para liberar um agrotóxico, que será uma nova versão do glifosato misturado ao 2,4-D(ácido diclorofenoxiacético).

Financiamento do BNDES

Ainda tem outra surpresa. No site do BNDES está anunciado desde julho de 2013:

“A Dow Agrosiences Sementes e Biotecnologia Brasil Ltda recebeu um financiamento de R\$26,8 milhões para a implantação de um centro de pesquisa e desenvolvimento em Cravinhos (SP), corresponde a 43,6% do valor do projeto... foco em biotecnologia... desenvolverá atividade que poderão acelerar o lançamento de novas tecnologias para a agricultura brasileira, a partir do processo de melhoramento genético no segmento de sementes.”

A própria empresa já anunciou que vai inserir os genes no Brasil. Uma planta transgênica funciona de três maneiras: ou ela produz o veneno, no caso das variedades BT, ou ela tolera os herbicidas, ou então faz as duas coisas. O Enlist não foi aprovado nos Estados Unidos por uma questão óbvia: os americanos vão ter que mexer no passado, voltar a discutir a guerra do Vietnã e as consequências do Agente Laranja. Uma entidade chamada Centro para Segurança Alimentar lançou uma campanha que tem mais de 400 mil adesões contra a aprovação das variedades Enlist. Um dos argumentos é pela rápida propagação do 2,4-D no ambiente. Ele tem vida curta, diz a Força-Tarefa, mas se movimenta rápido. Tem cloro na composição, mas “é muito seguro, um dos princípios mais pesquisados no mundo”.

Não se deixe enganar

O Brasil é o segundo maior mercado de transgênicos do mundo, segundo as empresas que fazem o lobby da transgenia, o país já tem 36 milhões de hectares. Os Estados Unidos, o primeiro lugar, tem 69 milhões. Em terceiro vem a Argentina com quase 24 milhões de hectares. A China não planta transgênico, pelo menos oficialmente. No mês de agosto, o secretário Geral da Associação de Soja de Helong-Jiang, Wang Xiaoyu, lançou um petardo contra os transgênicos. Disse que as pessoas que comem óleo de soja transgênico são mais vulneráveis a desenvolver tumores e esterilidade, citando como referência os índices das províncias de Fujian e Guandong, onde o consumo é alto e os índices de câncer também.

Foi um pandemônio. A máquina trituradora das corporações quase invadiu a China, para desmentir, por falta de provas, metodologia e outras coisas do tipo. Mais polêmico ainda é o artigo da professora de economia da Universidade de Yunnan, GuXiulin, onde diz:

“Os alimentos transgênicos são uma faca mágica capaz de aniquilar o gênero humano e de destruir o meio ambiente... não se deixe enganar”.

Você seria um estúpido

A China compra 60% da soja comercializada no mundo. E planta 30 milhões de hectares. No Brasil é obrigatório, desde 2005, quando foi aprovada a lei da Biossegurança, onde está acentuado o “princípio da precaução”, que todo alimento que tiver mais de 1% de transgênico na sua composição precisa estar identificado com um T. Nunca emplacou. A lecitina de soja transgênica produzida no Brasil está presente em biscoitos, achocolatados, no próprio chocolate. Esse é um pesadelo que está evoluindo. Genes transgênicos espalhados pelo ambiente natural. Planta que produz veneno, que depois é transformado em alimento, que depois entra no consumo humano. Sem contar que a maioria da soja é transformada em ração para aves, suínos, bois e usada na forma de farelo. As corporações dizem que é um avanço da ciência, só não deixam pesquisar os resultados contrários. Quando surge uma pesquisa que aponte algum problema, a máquina trituradora acaba com o pesquisador, a entidade, o sujeito perde bolsa, cargo e por aí vai.

No livro “Roleta Genética”, de Jeffrey Smith, um dos maiores especialistas no assunto, tem o depoimento do Secretário de Agricultura dos Estados Unidos, Dan Glickman, no governo Bill Clinton:

“Em geral o que eu vi no lado pró-biotecnologia foi a crença de que a tecnologia era boa e que era quase imoral dizer o contrário, uma vez que ela resolveria os problemas da raça humana, alimentando os famintos e vestindo os que não tinham roupas. E havia muito dinheiro investido nisso. Se você fosse contra seria considerado um ludita, você seria um estúpido. Esse, francamente, era o lado em que estava o nosso governo. Sem pensar, nós basicamente, considerávamos apenas o lado comercial e eles, seja lá quem fosse “eles”, queriam apenas manter nossos produtos fora do mercado. Você se sentia como um alienígena, desleal, por tentar apresentar uma visão mais abrangente em relação a algumas questões levantadas. Então eu repeti a retórica que todos repetiam”.

E assim o Brasil vai ser o pioneiro no sistema Enlist, que usa o 2,4-D, a porção do bem do Agente Laranja, com financiamento do BNDES. Tudo muito seguro.

Brasil participa de Fórum sobre segurança alimentar em Angola – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 12/09/2013

O Brasil tem parcerias com países da África, em especial com os de língua portuguesa, entre eles, Angola. Para fortalecer o intercâmbio entre os dois países, o secretário da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Valter Bianchini está nesta quinta-feira (12) em Luanda, Angola, para visitar o Ministério da Agricultura e institutos de desenvolvimento agrário.

“Vamos nos reunir para falar sobre o conjunto de políticas públicas brasileiras, como o Programa Mais Alimentos, a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), o Seguro da Agricultura Familiar, o Garantia-Safra, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), entre outros”, explica Bianchini, que acrescenta que todo o conjunto de políticas do Brasil pode ajudar na estruturação e adequação das políticas angolanas.

Na sexta-feira (13), o secretário participará do I Fórum Nacional sobre Segurança Alimentar e Nutricional em Angola. No painel Iniciativas em curso e desafios futuros, Bianchini vai falar sobre a experiência do Brasil na implementação de políticas públicas de apoio à agricultura familiar, principalmente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

“Vamos convidar lideranças do meio rural de Angola para conhecer in loco nossas experiências. As políticas públicas brasileiras estão em permanente diálogo com as organizações da sociedade civil”, pontua.

Fórum

Na programação, haverá painéis com participação de representantes do governo angolano, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e da sociedade civil para debaterem sobre cooperativismo, microcrédito, agronegócio, participação social na construção de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional.

O Fórum é organizado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em parceria com instituições africanas.

Agrotóxicos: o perigo eterno. NajarTubino – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 20/09/2013

Não é uma metáfora, apenas o prazo de validade que estes produtos químicos usados intensivamente na produção de alimentos usufruem no Brasil, o maior consumidor mundial – um milhão de toneladas ou um bilhão de litros. Nos Estados Unidos o prazo é de 15 anos, na União Europeia 10 anos e no Uruguai quatro anos. Entre 2006 e 2011, época da implantação dos transgênicos o volume consumido aumentou 72% de 480,1 mil para 826,7 mil toneladas. A área de lavouras aumentou 19% de 68,8 milhões de hectares para 81,7 milhões. E o consumo médio por hectare passou de 7 kg em 2005 para 10,1kg em 2011. Neste mês de setembro o assunto voltou à tona. Em uma matéria na revista Galileu, a ANDEF (Associação Nacional de Defesa Vegetal), por intermédio do presidente, Eduardo Dahler, desqualificou o dossiê dos agrotóxicos lançado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

Em uma nota, assinada em conjunto com o Instituto Nacional do Câncer e a Fundação Oswaldo Cruz, desqualificaram as declarações do representante das corporações que dominam o setor:

“Não aceitaremos pressões de setores interessados na venda de agrotóxicos e convocamos a sociedade brasileira a tomar conhecimento e se mobilizar frente a grave situação em que o país se encontra, de vulnerabilidade relacionada ao uso massivo de agrotóxicos. O compromisso dos que criticam as pesquisas é apenas o lucro na venda de venenos”.

Maior exportador e zero

O dossiê da Abrasco têm 472 páginas, dividida em três partes. A segunda foi lançada durante a Rio+20, e a última no final do ano passado. É um levantamento nacional baseado em várias pesquisas de profissionais das universidades federais do Ceará, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Goiás e de Pelotas, além dos pesquisadores da Fiocruz, do INCA e de outras entidades. Traz dezenas de relatos, inclusive uma série de cartas depoimentos de representantes de comunidades atingidas pelo impacto dos agrotóxicos, ou que estão cercadas por projetos de irrigação – caso do nordeste-, ou do Centro-oeste, caso do Mato Grosso. Faz uma análise detalhada dos efeitos de vários dos produtos usados pelo agronegócio no país.

A questão é a seguinte: o Brasil é o maior exportador de soja, de carnes, de açúcar, de suco de laranja e de café. Somos o número um no mundo. E temos uma estrutura de vigilância, de fiscalização e de estruturação de apoio aos setores de saúde quase zero. Exemplo: 46 técnicos para avaliar agrotóxicos contando ANVISA, Ministério da Agricultura e IBAMA. A Divisão de Agrotóxicos da EPA, Agência Ambiental dos EUA tem de 90 a 100 apenas no registro, na reavaliação de 180 a 240 e no impacto ambiental de 80 a 90 técnicos especializados. Neste quesito não podemos dizer que não há comparativo, porque há e muitos. Os profissionais da saúde não tem capacidade de diagnosticar as pessoas intoxicadas com agrotóxicos. Os registros, que são espontâneos no SINITOX – Sistema Nacional de Informação Toxicológica- na maioria dos casos só contabilizam os casos de intoxicação aguda e nunca as crônicas.

Tentativas de suicídio

Num trabalho de pós-graduação do curso de Geografia Humana, da USP, a pesquisadora Larissa Mies Bombard avaliou as estatísticas do SINITOX de 1999 a 2009 – 62 mil intoxicações por agrotóxicos. A Organização Mundial da Saúde calcula que para cada registro outros 50 não ocorreram. Ou seja, poderiam ser 3,1 milhões de intoxicações. Também foram registradas 25.350 tentativas de suicídios, com 1.876 mortes. Cabe ressaltar que no nordeste, principalmente Ceará e Pernambuco, tentativas de suicídios abarcaram 75% dos casos notificados. Relação direta com as áreas de irrigação onde se cultivam frutas para exportação –melão, abacaxi e banana, manga, entre outras. Não há novidade neste quesito. Os agrotóxicos, venenos descobertos e testados na época da II Guerra Mundial tinham por objetivo principal matar pessoas. No caso dos organofosforados – produtos do fósforo-, testaram os gases Sarin, Soman e Tabun. Entre os sintomas mais conhecidos nos intoxicados é a depressão. O veneno atinge o sistema nervoso dos humanos, dos insetos e de qualquer outro ser vivo.

Quanto custa o registro de um ingrediente ativo no Brasil? Entre 50 e mil dólares. Nos Estados Unidos: US\$630 mil. Para fazer reavaliação: US\$150 mil nos Estados Unidos. No Brasil – isento. Os agrotóxicos também não pagam ICMS, IPI, PIS/PASEP e COFINS.

Tirar os agrotóxicos da ANVISA

Não foi exatamente o dossiê da Abrasco que causou problema às corporações. Desde a década passada que a ANVISA está fazendo a reavaliação de 14 princípios ativos dos agrotóxicos. Quatro já foram banidos, dois estão com indicativos. O último deles, o endossulfan, um inseticida usado em vários cultivos, teve seu prazo de validade encerrado em julho de 2013. A pressão aumentou contra os dirigentes da agência. A bancada ruralista inferniza os profissionais. Um deles, ex-gerente geral de Toxicologia, Luiz Cláudio Meirelles, acabou exonerado, depois que foi divulgado que sete agrotóxicos não haviam passado pelo sistema de avaliação, e obtiveram registro no Ministério da Agricultura diretamente.

A intenção da bancada ruralista e da senadora Kátia Abreu é tirar da ANVISA o registro dos agrotóxicos, levar para uma comissão do Ministério da Agricultura, que funcionaria nos moldes da CNTbio. Isso é um passaporte para a eternidade dos agrotóxicos no país. Uma das integrantes da vigilância tóxica da ANVISA, Letícia Rodrigues da Silva num trabalho sobre as controvérsias dos agrotóxicos aponta os limites do atual modelo de avaliação:

“Os estudos feitos pelas empresas não são de acesso público. Existe um conflito de interesse e ingerência do patrocinador nos estudos. Existe proteção de dados por 10 anos. Relação privilegiada entre governo e empresas.”

E ressaltou a estratégia das empresas para combater os estudos dos órgãos reguladores. Começa pela desqualificação dos estudos que apontam riscos dos agrotóxicos. Logo em seguida, a contratação de pareceristas e jornalistas, para combater do ponto de vista técnico, questionam protocolos de estudos, significância e exposição. Depois captura e desqualificação dos autores e instituições que apontam os riscos. Terceiro passo: a busca de aliados políticos e a pressão aos órgãos de governo. Última etapa, a judicialização.

Irregularidades dentro das fábricas

Letícia da Silva também apontou alguns resultados das fiscalizações que a ANVISA realiza diretamente nas fábricas das empresas. Em 2010, houve interdição de 800 mil litros na BASF, por falta de rastreabilidade nas soluções utilizadas e componentes vencidos. Na fábrica da Dow encontraram embalagens vazando, problema em rótulos, com data de fabricação adulterada, alterações em formulações. Na fábrica da FMC interditaram 140 mil litros com produtos vencidos e com etiquetas adulteradas.

Acrescentando a isso, casos de irregularidades nas condições de trabalho e saúde dos funcionários, problemas ambientais, do consumidor.

No Brasil, os agrotóxicos ilegais, que entram por contrabando ou com origem desconhecida, somam 9% do mercado, um dado do Sindicato da Indústria de Produtos da Defesa Vegetal (SINDAG). Em dinheiro representa US\$540 milhões e seria a quinta empresa do setor. O Sindicato dos Auditores da Receita Federal tem divulgado um dado constantemente – 30% dos agrotóxicos importados e eles somaram 57% do consumo em 2012, não tem origem conhecida.

São químicos com alto impacto na vida da população e no ambiente. Um estudo da Embrapa sobre a retenção dos agrotóxicos nas plantas indica o seguinte: 32% do que foi aplicado fica retido na planta, 19% o vento carrega para a vizinhança e 49% permanece no solo. Será levado pela chuva, penetrará no lençol freático, viajará por córregos, rios, até chegar às estações de tratamento de água. O índice de potabilidade da água, a percentagem de produtos aceitáveis na água potável mudou da década de 1990 para 2013. Naquela época era permitida a presença de 13 tipos de agrotóxicos e 11 produtos de química inorgânica (metais pesados). Em 2004, aumentou para 22 tipos de agrotóxicos e 13 produtos inorgânicos. A portaria de potabilidade da água nº2.914/2011 permite a presença de 27 tipos de agrotóxicos e 15 produtos químicos inorgânicos.

Pressão de todo tipo

No Brasil existem 434 ingredientes ativos e 2.400 formulações de agrotóxicos registrados nos ministérios da Saúde, Agricultura e Meio Ambiente. Dos 50 mais utilizados nas lavouras 22 são proibidos na União Europeia. No segmento das hortaliças, que envolve uma área de 800 mil hectares são destinados 20% dos ingredientes ativos dos fungicidas. Entre 2006-2011 o volume de fungicidas aumentou de 56 mil toneladas para 174 mil toneladas, a maior parte para combater a ferrugem da soja. O volume de inseticidas, no mesmo período, aumentou de 93,1 para 170,9 mil toneladas e os herbicidas, consequência dos transgênicos, de 279,2 mil toneladas para 403,6 mil toneladas.

“No Brasil, o suporte laboratorial e tecnológico, seja para monitorar resíduos nos alimentos e no meio ambiente, seja para monitoramento biológico, dos trabalhadores expostos, permanece bastante limitado há décadas, apesar da necessidade crescente.”
Um trecho do dossiê da Abrasco, que segue:

“O pacto político/econômico em que predominam os interesses da bancada ruralista para uma maior liberalização do uso dos agrotóxicos no âmbito do Legislativo mais de 40 projetos de lei nessa direção; no Executivo pressão sobre os órgãos reguladores como a ANVISA; no Judiciário a impunidade nas mortes no campo; na pesquisa mais de 95% dos recursos da Embrapa voltados ao agronegócio e na mídia com os canais especializados na televisão”.

Campanha Permanente Contra

A indústria dos agrotóxicos com todo o seu poder deve estar reavaliando suas estratégias. O combate direto cada vez mais expõe o perigo da questão. Não adianta arregimentar

profissionais para desmentir, denunciar, produzir outras versões. Agora as corporações, pela primeira vez na história, enfrentam uma Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e em Defesa da Vida, que reúne mais de 50 entidades. Além de um Fórum Permanente contra os impactos dos Agrotóxicos, envolvendo 16 instituições, entre elas o Ministério Público do Trabalho. Em 2013, o MPT conseguiu uma grande vitória, ao definir um acordo no Tribunal Superior do Trabalho, para indenizar mais de mil trabalhadores da antiga fábrica de agrotóxicos organoclorados da Schell, em Paulínia (SP), funcionou até 2002. No total, entre ações coletiva e individual, R\$370 milhões, divididos entre a Schell e a BASF, última dona da fábrica. Duas campanhas organizadas e permanentes, além do documentário rodando na internet “O Veneno tá na mesa”, de Sílvio Tandler.

Isenção Ideológica

Mesmo assim, a ANDEF levou a Lucas do Rio Verde (MT), onde um avião agrícola pulverizou áreas urbanas, atingindo 65 chácaras e 180 canteiros um professor de química da USP para contestar o estudo em leite materno de 62 nutrízes, que detectou várias substâncias tóxicas. Erro de metodologia. Outro da Unicamp, também do regimento da ANDEF, diz que vai contestar o dossiê da Abrasco, que analisou 4.896 currículos, para identificar os pesquisadores que trabalham com a temática dos agrotóxicos. Apenas 10% estudam os aspectos de toxicidade aguda ou crônica dos químicos.

“-Esse mapeamento aponta que os estudos não têm abordado a temática da saúde e ambiente, que deveria ser de grande interesse, tanto dos pesquisadores, das suas instituições e dos órgãos de fomento, no país que já há alguns anos tem se colocado no topo do consumo mundial de agrotóxicos. As indústrias de agrotóxicos investem em mecanismos de cooptação de pesquisadores para produção de evidências científicas para a legitimação do uso de seus produtos, com o fomento de recursos financeiros para pesquisas”.

A maior acusação do presidente da ANDEF, Eduardo Dahler contra o dossiê, é “que esses pesquisadores mostraram que há conduta ideológica na Fiocruz, não se pode acreditar nos dados deles”. Na época da ditadura, quando criaram o sistema de crédito rural e vincularam o dinheiro ao uso de um pacote de químicos, as mesmas corporações mostraram a sua isenção ideológica. Contrataram o general Golbery do Couto e Silva, no caso da Dow Química, e o general Ernesto Geisel, após deixar a presidência, assumiu a Norquisa.

O veneno tá na mesa, também está no sangue, na gordura dos corpos, no sistema nervoso de milhares de pessoas, só ainda não entrou na agenda urbana do país. Os

agrotóxicos levam uma vantagem, não são visíveis. A pessoa come, ingere minúsculas doses, que vão se acumulando por anos, até resultar numa doença grave. Os maiores registros de diversos tipos de câncer. É claro, nunca há o vínculo com o veneno. Nunca haverá, porque o assunto não está no currículo dos profissionais de saúde, nem das ciências agrárias. Os ingleses definem os agrotóxicos, que no Brasil está na lei 7.802/1989, como pesticidas, significa o que acaba com as pestes. Provavelmente, na história futura da civilização industrial, vai ser definido exatamente quem é a peste: se os insetos e as plantas chamadas de invasoras ou os venenos.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa